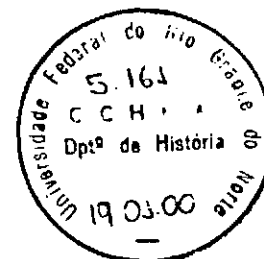


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



ESTRUTURAS DE PODER NO RN:  
A FAMÍLIA ROSADO NA POLÍTICA ESTADUAL(1945-1964)



NATAL(RN), 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



ESTRUTURAS DE PODER NO RN:  
A FAMÍLIA ROSADO NO PODER ESTADUAL (1945-1964)

Aluno: George Henrique Ferreira dos Santos  
Orientador: Wicliffe de Andrade Costa

Monografia apresentada ao Departamento  
de História como requisito para a obtenção  
de título de Bacharel e Licenciatura em  
História.



Natal(RN), Dezembro/1995



## AGRADECIMENTOS

Preliminarmente a Deus, que me mostrou o caminho e a ele me conduziu. Por ter sempre me iluminado nos momentos de decisões, quer pessoais, quer profissionais.

A todos meus familiares, que me encorajaram nesta árdua batalha. Compartilho com todos eles que, diretamente me ajudaram e me orientaram.

Aos professores que com os seus conhecimentos e sabedoria muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão da nossa pesquisa.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. O ESTADO BRASILEIRO E AS OLIGARQUIAS: UMA INCURSÃO HISTÓRICA.....	8
2. FORMAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO DOS ROSADO.....	14
2.1 Antecedentes históricos.....	14
2.2 A conquista do poder municipal.....	18
3. O RIO GRANDE DO NORTE E O PROCESSO POLÍTICO PARTIDÁRIO ..	26
3.1. O quadro brasileiro.....	26
3.2. Redemocratização e recomposição de forças políticas no Estado.....	28
3.3. 1950: Um Rosado no poder estadual.....	40
4. O GOLPE DE 64 NO RIO GRANDE DO NORTE.....	47
4.1 Os Rosado e o golpe.....	47
4.2 Perspectivas de poder para o grupo Rosado (pós-64).....	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6. ANEXOS.....	59
7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	62

## INTRODUÇÃO

Este estudo diz respeito a questão do poder no Rio Grande do Norte, mais especificamente àquele exercido pela família Rosado que, a partir do município de Mossoró se constituiu como o grupo de maior poder político do Oeste do Estado, permanecendo com este poder até os dias atuais. Analisamos o período o período de 1945, quando do processo de redemocratização política e fim da ditadura Vargas, à 1964, quando há ainda resquícios da política desenvolvimentista, populismo e finalmente o golpe militar ao processo democrático. Neste período 1945-1964, a política potiguar se caracterizou pelo personalismo e pouco partidarismo, atrelada aos moldes coronelísticos do voto de cabresto e dos currais eleitorais delimitados. É nesse contexto que aparece uma nova força política representada pela família Rosado da região Oeste do Estado.

A formação do grupo político dos Rosado tem sua semente lançada no ano de 1917, quando o patriarca do grupo familiar Jerônimo Rosado, alcança o poder da Intendência Municipal de Mossoró. É a partir deste fato, que os intelectuais da Coleção Mossoroense passam a construir a idealidade do "mito do herói-civilizador" ligado a batalha pela água e estrada de ferro para a cidade. O filho Dix-Sept, com o processo de redemocratização, chegou à ser prefeito da cidade e depois governador do Estado. Vingt, irmão de Dix-Sept, além de prefeito, foi deputado federal por sete legislaturas e Dix-Huit foi senador, deputado estadual

e federal, e prefeito por três vezes. Este último, foi preterido duas vezes para o governo do Estado durante o período da ditadura militar, mas “forças ocultas” não permitiram sua inserção nessa instância do executivo estadual.

Observa-se por um lado, que na bibliografia existente sobre o tema no Rio Grande do Norte são poucos os estudos à respeito do poder político da família Rosado na região Oeste e sua relação com o poder político no Estado como um todo. Desta forma, esperamos contribuir para a abertura de novas perspectivas do conhecimento histórico à nível local, bem como para o entendimento da relação de poder central/poder local.

Para o tratamento da questão demos encaminhamento à pesquisas em documentação disponível tendo por base um trabalho de pesquisa nas fontes primárias e secundárias . Utilizamos alguns jornais de A República, do período de 1945-1964 e desenvolvemos leituras e fichamentos de bibliografia específica do tema. O trabalho está dividido em quatro momentos. No primeiro, fazemos uma análise em torno do conceito de oligarquia segundo Carone onde o mesmo aparece como *“um grupo familiar que domina todas as instâncias do poder”*. Dando prosseguimento, tratamos da importância econômica de Mossoró como centro de irradiação comercial no início do século XX, destacando a chegada de Jerônimo Rosado a esta cidade e sua atuação político/comercial. Na terceira parte, caracterizamos o processo de redemocratização, surgimento e alianças dos partidos políticos. E dentro deste contexto, a projeção de Dix-Sept Rosado Maia como *“um condutor de multidões”*- segundo os intelectuais da Coleção Mossoroense- que obteve uma ascensão meteórica na política do Estado. E por

fim analisamos partes do discurso político de Dix-Huit Rosado sobre a paixão pela “*sua terra Mossoró*” e como a oligarquia Rosado se projetou à nível federal a partir de sua inserção na administração do governo militar de Costa e Silva, quando conseguiu verbas para construir “*sua escola, perfurar e mecanizar poços no Polígono das Secas .*”

## 1- O ESTADO BRASILEIRO E AS OLIGARQUIAS: UMA INCURSÃO HISTÓRICA

Com suas origens mais remotas na etapa colonial da formação histórica do país, o sistema oligárquico estruturou-se na Primeira República (1889-1930) assentado numa dinâmica que implicava numa relação de dependência entre as três esferas do poder - federa, estadual e municipal- tendo como base, numa extremidade(município), o voto de cabresto, e, na outra, (federal) a "política do Café com Leite. Nessa articulação política é histórica importante observar que foi no âmbito do coronelismo, isto é, no poder municipal/local que gestaram as oligarquias, uma vez que ambos os sistemas políticos tiveram a mesma base em comum: Uma estrutura fundiária fundada na concentração da propriedade na concentração da proprietário da terra.

Para Carone, o oligarca na Primeira República sustentava-se no poder estendendo seu controle sobre a vida do Estado, parentes e amigos dominam a administração política e segurança. A constituição do Estado é modificada várias vezes para legalizar situações e interesses favoráveis ao grupo dominante e a eleição de membros da família: Os negócios públicos são favoráveis, como fonte de renda para os que estão no poder. Com o beneplácito do governo federal as oligarquias puderam manter-se no poder durante muito tempo.<sup>(1)</sup>

Durante o mandato de campos Sales, o governo federal, para fazer face ao extremo federalismo vigente, resolveu estabelecer acordos políticos com os



governos estaduais a fim de garantir a formação de congressos dóceis às diretrizes presidenciais, especialmente no que concerne ao saneamento financeiro. Esta foi a chamada "política dos governadores". Os governadores se responsabilizariam pela escolha de bons deputados, "bons" senadores nas épocas de eleição a partir de acordos com os chefes políticos locais, isto é, os coronéis -latifundiários, manipuladores do voto e da frágil vontade do poder camponês. As cidades pequenas eram prolongamento da dominação que o "coronel" exercia no campo. Quanto às cidades maiores, a autonomia do voto era maior, mas elas pesavam pouco, numericamente, em termos de decisão política.

A escolha de um presidente da República geralmente resultava de um acordo das duas mais poderosas oligarquias do país - a de Minas, produtora de gado leiteiro e a de São Paulo, plantadora de café. Daí resultou a política de conchavos e compromissos dos dois Estados ser conhecida como "café com leite".

Carone, atribui também ao termo oligarquia- "governo de poucos- o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal". E comenta que, embora as oligarquias possam ter suas origens tanto no Império como no novo regime, neste, o federalismo conferiu ao fenômeno oligárquico "maior estabilidade".<sup>(2)</sup>

O termo "oligarquia" (...) define-se como um governo de poucas pessoas, mas num nível mais complexo, o problema é a definição de "umas poucas pessoas". Partimos do pressuposto de que o fundamento da política brasileira era o sistema familiar: desde os tempos coloniais o paterfamílias de um clã exercia

influência desde o município, passando pelo Estado, até a Federação (...) Com a finalidade de construir uma tipologia simples e descritiva das oligarquias no Brasil, introduzimos aqui o termo de familiocracia significando a predominância de uma família local ou municipal.<sup>(3)</sup>

O processo oligárquico significava uma simbiose entre interesses pessoais e partidários e fugir desse contexto significava cair no ostracismo político. *"Urbano dos Santos, oligarca do Maranhão, expõe em carta ao sucessor Benedito Leite a política a ser seguida: 'tendo, pois tu ocasião de ser convidado (candidato) , debes aceitar, conforme combinamos, vendo a necessária liberdade na administração para resolver o problema financeiro e para governares de acordo com o nosso antigo partido e sua orientação. Isto é com aqueles que o constituem, velhos amigos. E tudo estará encaminhado por aí".*<sup>(4)</sup>

Não obstante estas ressalvas de Carone, muitas de suas observações sobre o funcionamento da política oligárquica no período são pertinentes. Ele faz uma distinção entre as oligarquias dos Estados mais adiantados, onde a estrutura social era mais complexa, e a dos Estados "menos ricos". Naqueles, havia maior equilíbrio entre as várias facções e famílias oligárquicas e, por isso, a estrutura partidária era mais forte, funcionando as comissões centrais dos partidos republicanos como elemento moderador entre as correntes em luta. Ao passo que nos últimos ., "o controle do grupo ou família é quase absoluto".<sup>(5)</sup>

O Rio Grande do Norte, Estado de economia pouco diversificada, se enquadra obviamente neste último caso. A história política deste Estado de 1889 a 1914 foi, em certo sentido, a história do predomínio absoluto da família Maranhão (Pedro Velho, Tavares de Lira, Alberto Maranhão e alguns associados) à qual se seguiu a fase de domínio pessoal de Ferreira Chaves, representando, do ponto de vista político, um momento de equilíbrio instável entre as facções em luta (governo Ferreira Chaves e Antônio de Souza), afastado nos anos vinte, pelos representantes dos grandes proprietários e comerciantes do Seridó e oeste (José Augusto, Juvenal Lamartine).

O sistema de poder no Rio Grande do Norte, no período de 1945 à 1964, pode ser caracterizado como um sistema oligárquico, já que o poder político encontrava-se concentrado "nas mãos de grupo fechado que controla os cargos públicos, não que a eles tenham acesso elementos que não pertencem ao grupo."<sup>(6)</sup>

Algumas pesquisas realizadas sobre o assunto levam à essa verificação. Pode-se observar uma caracterização do modelo referido por Carone. A constituição do Estado várias vezes foi modificada para atender aos interesses do grupo no poder.

O movimento de 1930, que marcou o final da Primeira República, tinha como uma das bandeiras a derrubada do sistema oligárquico, apontando como sério entrave ao desenvolvimento sócio-econômico do país.



A substituição do federalismo oligárquico pelo modelo de centralização administrativa, não surtiu os efeitos desejados nos Estados, onde as especificidades políticas regionais influíram para que as oligarquias, que haviam sido alijadas ao poder em 1930, a ele retomassem fortificadas nas eleições de 1934, como verificou-se no Rio Grande do Norte.<sup>(7)</sup>

Os grupos oligárquicos que voltaram a funcionar nas mesmas bases de antes de 1930, sofreram algumas limitações no período de 1937 à 1945, tendo em vista a ditadura instituída no chamado "Estado Novo". Suspensos os partidos e as eleições, o regime funcionava como um sistema de centralização autoritária, condizente com a conjuntura internacional, como se pode ver pelo fascismo e Nazismo.

Percebe-se, assim, que a política na República Velha nunca foi assunto que levasse o povo em conta. O povo não passava de um instrumento em um jogo do qual não participava ativamente. Massa amorfa e desinformada, o povo assistia passivamente aos conflitos de interesses particulares em que se diluiu toda a problemática política da República Velha, fase da nossa História que não chegou a ter a política como uma questão nacional, mas sim a nível localista(município/Estado), legalizando o poder das oligarquias centrais (São Paulo e Minas Gerais), sendo retribuído põe estas com a legitimação do poder local.

## NOTAS

- (1) CARONE, Edgard. A Primeira República (1889-1930): texto e contexto. São Paulo, DIFEL, 1969. p.87.
- (2) Id., *ibid.*, p. 269.
- (3) PANG, EU Soo. Coronelismo e oligarquias ( 1889-1930). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 39
- (4) CARONE, *op. cit.* p. 271.
- (5) *Ibid.* p.273
- (6) PANG, *op. cit.* p. 40
- (7) MARIZ, Marlene da Silva. A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte - 1930/1934. Gráfica do senado, Brasília : 1984.

## 2- FORMAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO DOS ROSADO

### 2.1 Antecedentes históricos

A cidade de Mossoró, segundo núcleo urbano do Rio grande do Norte, é um importante centro regional, cuja área de influência se estende por quase toda micro-região salineira, toda região Açu - Apodi e boa parte da micro-região Serrana, chegando a sua influência até os sertões do Jaguaribe.

Esta cidade, a partir de 1857, conhece um período de apogeu comercial, cujo o "primeiro marco histórico desta ascensão foi a chegada dos navios da Cia. Pernambucana de Navegação Costeira, fazendo de Mossoró, ponto de escala regular de embarcações, esse fato motivou a chegada de novos comerciantes a cidade".<sup>(1)</sup>

De 1857 a 1870 Mossoró viveu um largo período de permanente expansão do comércio local, condição necessária para proporcionar uma massa de excedentes capaz de permitir altíssima lucratividade aos agentes econômicos que detém a hegemonia do processo que assentará o "Empório Comercial", cuja consolidação teve lugar já por volta da segunda metade dos anos 70. A essa realidade integra-se um conjunto de transformações, pelos quais passava a economia nordestina, significando, no entanto para Mossoró, uma ampla e profunda reorientação das relações de sua economia, que aponta para o desenvolvimento das forças produtivas com funções econômicas mais amplas e

complexas, empurrando os setores mercantil e agropecuário para um plano estável no panorama social.

Em estudo pioneiro sobre a formação do capital comercial mossoroense, LACERDA, acertadamente identifica mecanismos muito particulares de acumulação primitiva. Para ele, o "empório comercial" se sustenta sobre três importantes eixos <sup>(2)</sup> :

a) Protecionismo econômico : Nessa nova etapa do processo econômico temos uma presença direta do Estado; como um dos principais fatores da reprodução de mais - valia. Assim, secundarizando a agropecuária, o governo da província toma série de medidas de proteção/ fomento ao setor mercantil, consubstanciados através de uma política de estímulos financeiros/ descentralização burocrática (isenção de impostos, implantação de infraestrutura, instalação de recebedoria de rendas ) de modo que se pudesse dar melhor respaldo do desenvolvimento comercial de Mossoró. A principal delas de consubstancia na chegada, em 2857 dos navios da Cia. Pernambucana de Navegação Costeira, fazendo de Mossoró ponto de escala regular das suas embarcações. <sup>(3)</sup> "Este fato motivou a chegada de novos comerciantes à cidade. A entrada dessas novas firmas capitais, algumas originárias de Aracati, " praça comercial " forte daquela época, mas que já demonstrava um certo nível de estagnação, dinamizou o comércio de Mossoró, que em 1868 fortalece-se com a chegada dos capitais e idéias mercantilistas de João Ulrich Graf, 'Casa Graf e de Conrado Mayer, ambos suíços.<sup>(4)</sup>

b) Espaço geográfico: À época Mossoró gozava de uma situação geográfica privilegiada, pelo fato de estar assentada “numa área de transição entre a economia do litoral (o sal, as oficinas de carne seca, o peixe e o mais importante o porto de Mossoró), e a economia do sertão (pecuária, algodão, e peles, principalmente). Mossoró tornava-se o ‘ lugar da troca ‘ recebia mercadorias de outras praças do país e do exterior, e embarcava pelo seu porto a produção regional, que se destinava aos mercados nacionais e internacionais. A queda de Aracati como empório comercial trouxe firmas e capitais para Mossoró, tentadas pela potencialidade que sua geografia criava”.<sup>(5)</sup>

c) As secas como elemento da estratégia econômica: O ano de 1887 testemunha o declínio do “Empório Comercial”, que se impunha definitivamente à velha ordem econômica. As terríveis secas que ocorreram neste ano e nos dois seguintes empurraram para o litoral uma massa de flagelados que será utilizado pelo capital comercial não só como mão-de-obra barata, servil, nos trabalhos de infra-estrutura e na prestação de serviços às casas comerciais, mas também como meio de pressão para o governo conceituar recursos na região.

Deste modo, elas atuam como elemento realimentador dos padrões de acumulação de capital. <sup>(6)</sup> permitindo aos comerciantes capitalizar toda a potencialidade subjacente nesse contexto (super-exploração do flagelado, ajuda financeira através da Comissão de Socorros, e outros) e se desvencilhar dos riscos inerentes àquela situação, o que já não ocorria com os grandes proprietários rurais.



Estas condições permitiram a inserção de Mossoró na divisão internacional do trabalho, como centro de exportação e importação de mercadorias.

O "lugar da troca" era também o lugar do futuro, do lucro. Os "estrangeiros" que se aventuravam nos trópicos perceberam isso, os comerciantes de outras praças comerciais em declínio perceberam da mesma forma a ponto de transferir suas firmas e capitais de Aracati, Sobral e Pombal para Mossoró.

Os estrangeiros, representados pelos suíços, portugueses, alemães e ingleses, que em 1871 já somavam 18 pessoas, criam suas firmas comerciais: Antônio da Silva Medeiros, português estabelecido no ramo de miudezas e ferragens; João Damião de Souza Melo, português, ramo molhados e fazendas; João Ulrich Graf, suíço. A Casa Graf importava fazendas e exportava algodão, peles e ceras, tinha filiais em Natal e Belém do Pará.

Esses estrangeiros com o seu comércio, e seus empreendimentos formaram juntamente com Tertuliano Fernandes, Vigário Antônio Joaquim, Jeremias da Rocha Nogueira, Francisco Gurgel de Oliveira, Idalino Alves de oliveira, Miguel Faustino do Monte, Francisco pinheiro de Almeida Castro, Jerônimo Rosado e outros, uma burguesia dinâmica, cujas idéias e humanismo telúrico foi sendo legado as gerações posteriores, que sonharam com o "país de Mossoró."

Essa burguesia mossoroense, em dado momento representada pelo seu comerciante maior, o suíço João Ulrich Graf, tinha consciência de que para

manter a função de “empório comercial” Mossoró tinha, que se preparar para absorver as forças produtivas novas, como a estrada de ferro, que certamente aumentaria o potencial do comércio de Mossoró.

O projeto de Graf era “capturar os sertões do Ceará, da Paraíba até a de Pernambuco. A sua estrada de ferro não queria apenas atingir o Porto Franco, mas penetrar, de sertão adentro até o Rio São Francisco para garantir a “drenagem do algodão e o couro para comércio de Mossoró e assegurar este o comércio do sal em todos os sertões”.<sup>(7)</sup>

Para essa burguesia, que estruturava as bases em Mossoró, organizar o espaço urbano e regional para exercerem em plenitude o comércio e posteriormente as atividades agro-industriais, estava dentro do seu cotidiano político.

## 2.2 A conquista do poder municipal

A consolidação do “empório” abre ao grupo agro-mercantil a possibilidade de não só aprofundar e ampliar o domínio econômico sobre a região, mas também a hegemonia, política do município, elevando Mossoró à condição de cidade capaz de exercer influente papel nas decisões administrativas da província.<sup>(8)</sup>

É neste contexto, que se insere a pessoa de Jerônimo Rosado, paraibano da cidade de Pombal, que chegou a Mossoró no final do século XIX (1890), vindo a convite do médico Almeida Castro. Implantou uma farmácia, onde manipulou

fórmulas criando a do Antinevrálgico Rosado e a do vinho Trilhepático. A fortuna ia crescendo na proporção em que iam nascendo as crianças: 21 no total. <sup>(9)</sup> Tornou-se, pelo ofício de farmacêutico, uma das pessoas mais importantes da cidade. Segundo VIANA:

*“Em sua farmácia também se estabelecia um quartel general de obra caritativa, onde a generosidade do farmacêutico transcendia de sua atividade para a assistência a inúmeras pessoas que ali o procuravam. Jamais ví sair daquele âmbito de labor e de proteção, um necessitado sem o abulo solicitado, da pródiga de benefícios do descobridor do ‘Anti-Nefrálgico Rosado’ ou sem arrimo moral para os que consultavam os seus desajustes ou desventuras”.*<sup>(10)</sup>

Ao chegar em Mossoró deparou-se com uma cidade tumultuada, pois estava ocorrendo a instalação do governo republicano no município. Politicamente, os quadros partidários eram fechados e resistentes. Não havia em Mossoró, realmente um republicano “histórico” e sim sentimental, “herança da família”, o doutor Almeida Castro. Não houve portanto improvisação administrativa sob o pretexto de aplicação doutrinária e sim uma sucessão local de valores pessoais.

Quando instalou sua farmácia, na rua do Graf, em 1890, conforme CASCUDO:

*“Mossoró, cidade há vinte anos, era quantitativamente, a vila de 1852. Água de cacimba, e para os abastados, a cisterna. Nem um palmo de calçamento.*

*Iluminação das estradas e dos plenilúnios. Em 1890, vai se reunir Jerônimo Rosado ao Dr. Castro, que o fizera deixar Catolé do Rocha e fixar-se em Mossoró. 'Seu' Rosado foi o menos político dos homens. Apenas acompanhava Almeida Castro. O que realmente o interessava era Mossoró. Os homens eram acidentes sobre a terra e os filhos".<sup>(11)</sup>*

Percebe-se na citação anterior, que este discurso onde Jerônimo Rosado aparece mais preocupado com o desenvolvimento da cidade -Mossoró- do que com realizações pessoais caracteriza muito bem o mito do "herói civilizador".

Todas as atividades que beneficiassem a cidade pareciam-lhe impor o obrigatório auxílio, tanto mais expressivo quanto totalmente desinteressado (...) Como foi durante a construção do prédio da Escola Normal, Rosado assumiu o cargo gratuito de fiscal e animador do edifício.<sup>(12)</sup>

Pertenceu a Loja Maçônica 24 de junho, instalada em 1878, que reunia os "pedreiros livres" de Mossoró. Conforme Cascudo: A Maçonaria foi pretexto de estudos e auxílios. Dirigiu-se várias vezes por telegrama, ao Grão Mestre, na capital federal, senador Lauro Sodré, solicitando-lhe apoio nas campanhas pela água e estrada de ferro".<sup>(13)</sup>

Em 1901 foi um dos fundadores do "Club Dramático familiar", ao qual presidiu no período de 1904 a 1906. Adquiriu uma máquina descaroçadora de algodão, fazendo-a operar na cidade de São Sebastião (1905) hoje Governador Dix-sept Rosado, onde posteriormente realizou pesquisas de mineração. Atestou

a existência de gipsita(1912), e passou a explorá-la, juntamente com Manoel Joaquim de Oliveira, durante dezoito anos. Dedicou-se também a pecuária e pomicultura. A Granja do Canto foi o seu campo experimental de agricultura.<sup>(14)</sup> Lecionou física e química no Colégio 7 de Setembro.<sup>(15)</sup>

*“Quando foi escolhido em 1908 membro da Intendência, a atual câmara dos vereadores, decidiu que os filhos continuariam seu trabalho tanto para administrar a fortuna da família como para perpetuar o nome dos Rosado no poder. Mossoró, a segunda cidade mais importante do Rio grande Norte, viveu desde então, vários ciclos econômicos: os de algodão, sal, pecuária e carnaúba.”<sup>(16)</sup>*

“Presidiu a Intendência de 1917 a 1919. Realizou em 1918, uma campanha de abastecimento d’água em Mossoró. Tais atividades lhe valeram o título de arquiteto do progresso e grandeza de Mossoró”.<sup>(17)</sup> Ainda em sua gestão procurou combater os problemas de saúde em Mossoró e continuou a luta pela água e o prolongamento da estrada de ferro. Também incentivou a extinção do analfabetismo através publicação de leis. como segue:

#### RESOLUÇÃO N°45

O farmacêutico Jerônimo Rosado, presidente da Intendência municipal de Mossoró, na forma da lei faz saber que a intendência municipal, em sessão de ontem aprovou e ele faz publicar a seguinte lei:



Art. 1º - Os analfabetos de 14 a 35 anos de idade que não freqüentarem a "Escola Correccional Paulo de Albuquerque", ou qualquer outra, ficarão sujeitos a multa de 10 \$ 000 consignada no 5 (parágrafo) 3 do Art. 1º da lei vigente.

Art.2º -Quando o infrator for empregado de qualquer categoria de casas comerciais ou particulares, neta cidade, os seus patrões ficam sujeitos à multa de cem mil réis.<sup>(18)</sup>

Conforme CASCUDO:

*"difícil uma obra pública sem a colaboração direta de Jerônimo Rosado. Direta e gratuita".<sup>(19)</sup> Em 1920 a situação da estrada de ferro entrava em colapso. Apesar de não estar diretamente à frente do governo municipal, Jerônimo Rosado foi para a capital federal trabalhar pela continuidade ferroviária. Sempre telegrafava com os mesmos dizeres: "VAMOS BEM MOSSORÓ !..." Para CASCUDO esta frase traduzia-se pela identidade física. Mossoró e seu embaixador voluntário constituíam uma única entidade. Tu e eu somos um! poderia afirmar sob o modelo evangélico. Vamos bem Mossoró, nós dois.<sup>(20)</sup>*

Segundo Nilo Pereira:

*"Jerônimo Rosado é uma época. Em Mossoró fez o que se pode chamar uma revolução industrial. E para continuá-lo deixou uma dinastia, consciente da herança(...) Jerônimo Rosado é um antecipado. Implanta em Mossoró as coordenadas do progresso. Ainda não se falava em desenvolvimento -palavra*

*mágica- e ele já o praticava(...) o patriarca urbano, civilizado, vindo de outro centro cultural, lança em Mossoró as raízes mesma do seu desenvolvimento”.*<sup>(21)</sup>

Qualquer pessoa poderia ter realizado tais obras, visto que as condições econômicas estavam sendo dadas, pois o próprio “capital cultural” do patriarca o favoreceu.

Deve-se observar que essa construção do mito “Jerônimo Rosado - herói civilizador, possivelmente visa criar uma noção de uma especificidade mossoroense estabelecendo as bases para uma identidade social fundada em invenções de tradições.”<sup>(22)</sup>

É dessa forma que há 78 anos atrás numa região assolada por secas devastadoras e pelo analfabetismo é lançado a semente de uma oligarquia: Os Rosado, senhores absolutos da segunda cidade do Rio Grande do Norte.

## NOTAS

- (1) J. LACERDA, Alves. Mossoró um espaço em questão. Col. Mossoroense, vol. 146. Mossoró, 1980, p.8
- (2) LACERDA, op. cit. p.8
- (3) CASCUDO. LUÍS da C. Notas e documentos para a História de Mossoró. Mossoró: ESAM, 1974. Col. Mossoroense. Série C, VII. p. 105-106.
- (4) LACERDA, op. cit. p.8
- (5) op. cit. p.9
- (6) Ibid. p.10
- (7) CALDAS, Raquel e ANDRADE, Gilberto Osório de. Os rios de Carnaúba I - O Rio Mossoró (Apodi) Col. Mossoroense, p.75. Vol. 50 2 ed. Mossoró-1977.
- (8) ALVES, Luiz. Mossoró: Movimentos sociais e violência política no século XIX. Col. Mossoroense. Série "B", n. 1145,1992.
- (9) Francisco Paulo. A divisão que multiplicou votos. Veja 28 graus. 19 de fevereiro de 1992. p.8
- (10) VIANA, Eliseu de Oliveira. "Depoimento sobre Jerônimo Rosado". Col. Mossoroense. n. 67.
- (11) CASCUDO, Jerônimo Rosado. Uma ação na província. p 20
- (12) op. cit. p.15
- (13) ibid. p.53
- (14) ibid. ibidem. p.147.
- (15) ROSADO, Vingt-un. Mossoró. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940. APUD: BRITO, Raimundo S. de. Legislativo e Executivo de Mossoró numa viagem mais que centenária (cronologia) -1953-85. Fortaleza: Universitária, 1985, p.178



- (16) Francisco, Paulo. op. cit. p.8
- (17) PAIVA NETO, Francisco Fagundes de . A construção do mito do herói-civizador: Macondo-Mossoró (versão preliminar) Col. Mossoroense, Série "B", n. 1293. ETRN/UNED
- (18) ROSADO, Jerônimo. A serviço de Mossoró: ESAM. 1976. p.228. Col. Mossoroense. Vol. XLIII
- (19) op. cit. p.165
- (20) Ibid. p.172.
- (21) Ibid. p.211
- (22) PAIVA NETO, op. cit. p.10

### 3. O RIO GRANDE DO NORTE E O PROCESSO POLÍTICO PARTIDÁRIO

#### 3.1 O Quadro brasileiro

A Revolução de 1930, que marcou o final da Primeira República, tinha como uma das principais bandeiras a derrubada do sistema oligárquico apontando como sério entrave ao desenvolvimento sócio-econômico do país não obstante, a substituição de federalismo oligárquico pelo modelo de centralização administrativa não surtiu os efeitos desejados nos Estados, onde especificidades políticas regionais influíram para que as oligarquias, alijadas do poder em 1930, a ele retornassem fortificadas nas eleições de 1934.<sup>(1)</sup>

Já no período do "Estado Novo" -1937/1945, as oligarquias, reutilizaram as práticas nas mesmas bases de antes de 1930 sofreram algumas limitações, tendo em vista a ditadura instituída suspender os partidos políticos e as eleições. O regime de centralização autoritária condizia com a conjuntura internacional; a exemplo do Fascismo e do Nazismo.<sup>(2)</sup>

O fim da Segunda Guerra Mundial proporcionou o término dos Governos Ditatoriais Fascistas no mundo, vitória da democracia, e com essa vitória, o governo de Getúlio Vargas perdeu a legitimidade. No entanto, ele não caiu simplesmente, participou do processo, propiciando a elaboração da Lei de criação de partidos e do Código Eleitoral, que regeu o pleito de 2 de dezembro d 1945.

Os planejadores da nova fase da vida pública do país objetivavam, idealmente, criar partidos a nível nacional, para que dessa forma, a base eleitoral repousasse em instituições de âmbito federal, uniformemente organizados em todo território brasileiro. Assim foram criados a nível nacional o Partido Social Democrático (PDS) Partido Trabalhista Brasileiro(PTB), União Democrática Nacional(UDN), Partido Comunista Brasileiro(PCB) e do Brasil (PC do B), Partido Social Progressista(PSP) e o Partido Republicano(PR). Os mais significativos , além de outras de menor expressão.

A queda de Getúlio Vargas e o início da redemocratização tem um duplo aspecto a considerar. Num contexto mais amplo, o pós guerra cria uma nova conjuntura internacional, na qual os Estados Unidos surgem como líder, desenvolvendo uma política de repúdio às ditaduras e em defesa dos ideais liberais democráticos. No contexto nacional 1945 significa a perda de Vargas de suas bases de sustentação militar, o indicador possível de sua derrubada. Entretanto, antes de sair do poder, Vargas cria dois partidos que lhe servirão de base: O trabalhista brasileiro (PTB), que congregava a massa trabalhadora , e o Social Democrático(PSD), embora de direito tenha sido este criado por outros, o que não invalidava que Vargas controlasse os dois. O PSD expressava mais uma corrente ligada aos empresários e industriais, embora tivesse o grosso do seu contingente eleitoral na zona rural, ligada também aos grandes proprietários.

Os principais partidos que surgem nessa fase, expressam o liberalismo democrático proposto pelos ideólogos que seguiam a corrente liderada pelos EUA

O Partido Republicano em muito se assemelhava ao PSD. De modo geral, esses partidos expressavam uma representação social, o que se demonstra de maneira evidente através das suas articulações com determinadas bases eleitorais. Assim é que tanto o PSD como o PR possuíam base predominantemente rural e semi-rural.

Já a UDN, que nascera no tempo da ilegalidade, representava, como ideologia, o liberalismo das classes médias urbanas mais cultas, o liberalismo burguês, mais político do que social. Entretanto, como afirma FRANCO, se a *“UDN tem a cabeça nas cidades, entre os intelectuais, seu corpo está em grande parte, no eleitorado rural e semi rural”*.<sup>(3)</sup>

O PTB é um partido teoricamente de massa, sem quadros intelectuais organizados. Todavia, em todo território nacional não ocorria a pretendida identificação.<sup>(4)</sup>

Apesar da redemocratização ter propiciando a volta à legalidade partidária, as eleições continuaram marcadas pelo personalismo político dos candidatos nos diversos Estados da Federação.

### 3.2 A redemocratização e recomposição de forças políticas no Estado

A redemocratização ocorrida em 1945 não afetou a estrutura de poder no Rio Grande do Norte, ela não trouxe nenhuma transformação radical na sociedade potiguar.

Após 8 anos de ditadura de Vargas (1937-45) a situação política do estado tomou uma configuração que muito se assemelha a situação anterior. Os grupos que até então estavam amorfos, se organizaram em função dos novos partidos criados pelo decreto lei nº 7586/45.<sup>(5)</sup>

No Rio grande do Norte, o primeiro partido político a ser organizado, foi o Partido Social Democrático, ligado ao governo e estimulado pela candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República do Brasil no pleito que se realizaria em 2 de dezembro de 1945. Em torno deste partido uniram-se as oligarquias que apoiavam o governo, alguns intelectuais, os comerciantes e o representante de alguns trabalhadores liderados por (Aauto Marinho). No dia 23 de maio de 1945, foi feita a Convenção do Partido que definiu o programa e organizou o diretório provisório. Na mesa diretora da Convenção estavam os personagens mais ilustres da política potiguar, o Sr. João Câmara, o Interventor, General Antônio Fernandes Dantas, o Sr. Georgino Avelino, e o Sr. Dioclésio Dantas Duarte. Nesta convenção foi definida a composição do Diretório Provisório que ficou constituído por:

Presidente -João câmara;

Vice-presidente -José Varela;

1º Secretário -Gil Soares;

2º Secretário -José Aurino

Tesoureiro -Rui Paiva; e

Orador -Claudionor de Andrade.

Diante da postura tomada e da própria ideologia determinante foi escolhido como presidente de honra do partido, o Interventor, General Antônio Fernandes Dantas, que recebeu dos membros do PSD apoio ao seu governo. A Convenção do partido no seu Estado também foi prestigiada pelo PSD Nacional com a presença e participação do representante do PSD/RJ, Dioclécio Duarte.<sup>(6)</sup> Como resultado da convenção, marcou-se para dia 05 de junho, a reunião para a eleição da direção executiva do PSD/RN, essa data coincidia com a homologação do candidato à Presidência da República no pleito de 2 de dezembro, conforme orientação da direção nacional do partido.

Na convenção, do dia 25 de junho, foi eleita a nova diretoria, nessa eleição a Comissão Executiva do PSP. Na composta por:

Presidente- João Severino da Câmara;

Vice-presidente -José Augusto varela;

1º Secretário- Gil Soares de Araújo;

2º Secretário- Claudionor Toledo de Andrade;

Tesoureiro- Rui Moreira Paiva;

Vogais- Dr. Dioclécio Dantas Duarte;

-Coronel Luiz Tavares Guerreiro;

- Manoel Gurgel do Amaral;
- Teodorico bezerra;
- Dr. Silvio Pedroza; e
- Dr. Manoel Varela de Albuquerque.

Sendo escolhido para representar o PSD/RN no Rio de Janeiro o Dr. Georgino Alves Avelino.<sup>(7)</sup>

O PSD/RN obteve o registro provisório ao Tribunal Regional Eleitoral, pelo progresso nº 165, em 21 de agosto de 1945. Tendo registrada sua comissão executiva no TRE através do processo nº 01, relatado pelo Exmo. Des. Floriano Cavalcante, que aprovou os nomes indicados para comporem a Comissão Executiva do Partido Social Democrático no Rio Grande do Norte.<sup>(8)</sup> Obtendo o registro definitivo, em 13 de novembro de 1945, confirmando a Comissão Executiva já em vigor.<sup>(9)</sup>

O Partido da União Democrática Nacional, foi o segundo partido a ser registrado no Estado do Rio Grande do norte, que acompanhando a tendência Nacional, fazia oposição ao governo estadual, nessa fase o partido absorveu em torno de si, as oligarquias que se opunham ao governo Estadual e Federal, o valeu-lhe alguns inconvenientes, como por exemplo a concessão de espaço nos órgãos de comunicação para que pudesse expor seus pontos de vista, porém continuou na oposição buscando a conquista do poder no Estado.

Não foi encontrado informações sobre a convenção de criação do partido, a composição da primeira comissão diretora regional, nem a Comissão Executiva do Partido.

O registro do partido da União Democrática Nacional, ocorreu pelo processo nº2, relatado pelo Dr. Eurico Montenegro, aprovado em 13 de novembro de 1945.<sup>(10)</sup> A composição da Comissão Executiva não foi divulgada pelo "DIÁRIO DE JUSTIÇA" o que demonstra claramente as atividades do governo, dos órgãos governamentais e de informação do Estado relativas aos oposicionistas, e claramente ao partido da UDN pela postura oposicionista que exercia.

A UDN estava ligada a oligarquia mais tradicional do estado, tendo como membros mais ilustres Dinarte Medeiros Mariz, personalidade mais expressiva do Partido, José Ferreira de Souza, o Sr. José Augusto de Medeiros, Francisco Duarte Filho e Djalma Aranha Marinho. Conhecendo-se os componentes de maior poder na UDN, podemos claramente caracterizar esse partido como aglomerados das oligarquias do Seridó e Agreste do Estado com oposição firme ao grupo político que representava os interesses da oligarquia Albuquerque Maranhão, representada no PSD por João Câmara, José Augusto Varela, Georgino Avelino e o Manoel Varela de Albuquerque entre outros, essa oposição vai gerar as disputas mais acirradas que houve no Estado.

O terceiro partido constituído no Estado foi o Partido Comunista do Brasil, que para obter o registro a nível nacional, precisou modificar seu programa em



alguns pontos. Como a UDN, não foi encontrada informações sobre a sua Convenção de fundação do PCB no Rio Grande do Norte. Em torno dele associaram-se intelectuais, funcionários públicos, trabalhadores urbanos e rurais.

O PCB obteve autorização do registro definitivo no TRE, através do processo nº 3, aprovado em 16 de novembro de 1945, tendo como relator o Juiz Carlos Augusto Caldas da Silva. Sendo o Comitê Estadual composto pelos seguintes nomes:

Secretário Político- Francisco Moreira da Silva, Sapateiro;

Secretário de Organização e Finanças- José Costa, Funcionário do Correio;

Secretário Sindical- João Anastácio Bezerra, Barcaceiro;

Secretário de Divulgação- Luiz Inácio Maranhão Filho, Jornalista e Professor Estadual;

Secretário de Massa e Eleitoral- Miguel Moreira, rábula em direito.<sup>(11)</sup>

Com esta constituição fica explícito o porque da falta de informações sobre o PCB, não só pela sua composição, mas também pelo que representava, haja visto o resultado das eleições na cidade do Natal no pleito para presidente da República de dezembro de 1945, que surpreendeu as autoridades Estaduais, assim como as próprias atividades desenvolvidas pelo Partido à nível Nacional.

O quarto partido a ter o registro definitivo aprovado pelo TRE, foi o Partido Republicano Progressista que inscreveu-se através do processo nº 4, aprovado



em 16 de dezembro de 1945. A Comissão Executiva Estadual reconhecida pelo Egregio Tribunal era composta pelos seguintes nomes:

Presidente- Dr. Kerginaldo Cavalcante de Albuquerque;

Vice-Presidente- Luiz Lopes Varela;

Segundo Vice presidente- Dr. Abelardo Calafange;

Secretário Geral- Dr. Raimundo Ferreira de Macedo;

Primeiro Secretário- Manoel Soares Filho;

Segundo Secretário- Sandoval Wanderley;

Tesoureiro Geral- Dr. Jessé Fernandes Café;

Primeiro Tesoureiro- Francisco Pereira de Araújo;

Segundo Tesoureiro- Felix Teixeira de Carvalho;

Vogais- Manoel Moura Barreto; e Pedro Juvenal T. de Carvalho.<sup>(12)</sup>

Não foi encontrado informações sobre a Convenção de Fundação do PRP nem a composição inicial da Direção do partido.

Por sua composição podemos perceber que o PRP não era um simples partido ou legenda, ele abrangia a classe liberal, intelectuais e comerciantes, prometendo no Estado constituir-se em uma força competitiva para os pleitos na disputa com os grupos majoritários, mas teve uma duração efêmera com a saída de João café Filho eleito deputado pelo PRP, que ingressou posteriormente no PSP.

O Partido Trabalhista Brasileiro foi o quinto partido a ser registrado no TRE, através do processo nº5, tendo o seu registro definitivo aprovado em 17 de novembro de 1945. Tendo a sua Comissão Executiva reconhecida com a seguinte composição:

Presidente- Carlos Serrano;

Secretário- Severino Manoel de Miranda e

Tesoureiro- Cícero Figueiredo de Mendonça.<sup>(13)</sup>

A composição desse partido deixa explícito a participação popular, que como os partidos de oposição mais expressivos é também discriminado, o que justifica a falta de informações sobre a Convenção de fundação do partido, assim como sobre o próprio partido nos órgãos de informações do Estado.

O partido republicano, foi fundado no Rio Grande do Norte em 1950, porém não foi encontrado informações sobre a Convenção de fundação. Ele obteve o registro provisório através do processo nº2633/50, sendo a Comissão Executiva Regional do partido composta pelos senhores:

Deputado, Bacharel Mário Negócio de Almeida;

Médico João Marcelino de Oliveira;

Engenheiro Amaro Alvares da Silva;

Odontólogo, Capitão Francisco Bilac de Faria;

Agricultor Baltazar da Costa Pereira;

Funcionário Público, Vereador João de Freitas Oliveira;

Agricultor Eptácio Barbosa;

Agricultor Fernandes Tavares Filho;

Jornalista Lauro Escossia;

Comerciante Oscar Leite de Oliveira;

Farmacêutico Cândido Martins;

Comerciante Luiz Tavares Cavalcante;

Industrial José Couto Dantas;

Agricultor, Vereador Cícero Monteiro;

Agricultor, Vereador Júlio Ferreira Cavalcante;

Capitão Médico, Vereador Jerônimo Dix Huit Rosado Maia;

Comerciante Luiz de França Nunes;

Médico Antônio de Castro;

Comerciante, Vereador Francisco João de Oliveira;

Agricultor Cícero Bezerra de Oliveira;

Comerciante Pedro Pereira da Costa; e

Industrial Iderval Duarte Medeiros. Fazendo da Comissão Executiva do PR/RN aprovado pelo referido TRE, aprovado em 18 de julho de 1950, com os seguintes componentes:

Presidente- Mário Negócio de Almeida e Silva;

Primeiro Vice presidente- Amaro Alvares da Silva;

Segundo Vice presidente- Baltazar da Costa Pereira da Silva;

Secretário Geral- Jerônimo Dix Huit Rosado Maia;

Tesoureiro- Iderval Duarte Medeiros.<sup>(14)</sup>

O PR expressou a ânsia de participação de outros grupos políticos no estado, aglomerado em torno de si parte desses grupos que pela falta de prestígio e conhecimento político vão atuar minimamente sem grandes perspectivas, no entanto vão dominar um determinado espaço no Rio Grande do Norte após 64, com o apoio dado aos militares.

Ao tentar se fazer uma análise, no primeiro momento é imprescindível destacar o fenômeno das alianças e coligações, permitidas pela própria legislação e que são, em muito responsáveis pela desintegração do sistema partidário que se tentava implantar. No Rio Grande do Norte esse fenômeno já aparece no pleito de 1947, quando se uniram UDN e PSP, com a finalidade de derrotar o PSD.<sup>(15)</sup>

Sobre o assunto de alianças e coligações partidárias, Pompeu de Souza diz que podem ser consideradas como "instrumento de desintegração do que já nascera tão pouco integrado."<sup>(16)</sup>

Com a volta da prática democrática em 1945, o quadro político norte riograndense, em termos de chefia era o seguinte:

PSD-Georgino Avelino, advogado e jornalista, bastante ligado a Vargas e membro da executiva nacional;

UDN-José Augusto Bezerra de Medeiros, líder político no estado desde a década de vinte;

PSP-João Café Filho, chefiava no Estado este partido, que fora criado por Ademar de Barros em São Paulo. A grande aceitação deste partido por parte das massas urbanas devia-se unicamente à figura de Café Filho.

Estes eram os três grandes líderes no momento em que as forças políticas começavam a organizar seus quadros e que caminhavam para uma posição mais precisa.<sup>(17)</sup>

Sobre Café Filho, merece destaque sua atuação como iniciador do populismo no Rio Grande do Norte, conseguindo através de uma ação eficaz junto as massas urbanas, que eram sua base eleitoral, conquistar a segunda maior votação para Deputado federal em 1964 (11239) e a primeira em 1950 (19.495 votos). Ressalte-se que nesta eleição Café Filho concorreu através de legendas do PR e do PSP.<sup>(18)</sup> Na eleição de 1945, ele foi superado somente por José Augusto, que obtivera 14.348 votos pela legenda da UDN.

Os resultados das primeiras eleições definiram os partidos de maior expressão como o PSD, UDN e PSP. O PTB, dirigido pelo industrial João Mota, deixa bastante clara a sua insignificância enquanto organização partidária evidenciada pela não obtenção de coeficiente partidário nas eleições de 1945 e 1947. A explicação para este acontecimento pode ser apontada como decorrência

do pouco desenvolvimento industrial do Estado, razão da ausência da classe operária organizada.<sup>(19)</sup>

O PSD era o partido onde estavam filiados os homens de suportes econômicos do Estado. Para exemplificar, podem ser citados João Câmara, uma das fortunas do Rio Grande do Norte, possuidor de 29 propriedades rurais, entre outras fontes de rendas; Theodorico Bezerra, também proprietário rural, além de comerciante e industrial, Tomas Salustino de Melo, proprietário rural e industrial em Currais Novos.

A UDN, partido de projeto político conservador, reunia os grupos dirigentes de antes de 1930, também proprietários rurais e industriais, principalmente do sertão seridoense.

As eleições de 1945 a 1950 indicam atuação das lideranças acima referidas e as lutas pela participação no poder. Entretanto, a definição de um quadro real somente poderia parecer mais preciso a partir dos anos 50, quando determinados nomes começaram a ganhar relevo e a concentrar em torno de si as atenções do eleitorado, indicando um tipo de política muito mais pessoal do que partidária. Exemplifica o fenômeno a concentração eleitoral em torno dos nomes Café Filho(19.495 votos); Jerônimo Dix-Huit Rosado (13.064); José Arnaud Gomes Neto, pelo fato de ser genro de João Câmara (14.049 votos), Theodorico Bezerra (12.812 votos). Aluisio Alves (11.435 votos) e José Augusto B. de Medeiros (10.830 votos), todos para Câmara federal. Os mecanismos utilizados

no processo político são caracteristicamente de política pessoal do candidato, assim continuando até os dias atuais.<sup>(20)</sup>

Os primeiros resultados eleitorais definem a força dos grupos e os atores que iniciam sua trajetória na vida pública estadual e que passarão, a partir de então, a deter a hegemonia política do Rio Grande do Norte.

Uma visão das informações disponíveis, através dos resultados eleitorais do TRE, aponta o PSD como o de maior expressão eleitoral. Levando-se em conta naturalmente, tratar-se do partido oficial que tem todo respaldo da máquina administrativa e do apoio do poder central.

### 3.3. 1950: Um Rosado no poder estadual

O ano de 1950 representa para esse estudo o momento em que o grupo político dos Rosado começa a ocupar seu espaço na política estadual. Nas eleições deste ano para o governo estadual são eleitos para governador Jerônimo Dix Sept Rosado, uma das fortunas do Estado, tendo seu reduto eleitoral em Mossoró, e para Vice-governador Sílvio Pizza Pedroza de Natal, através da coligação do PR, PSD e PSP. Merece destaque no pleito a expressiva maioria obtida pelos candidatos vencedores, como se pode ver: Dix-Sept Rosado obteve 101.690 votos e Sílvio Pizza Pedroza 101.001 votos, contra 68.448 de seu opositor Manoel Varela de Albuquerque, do PSD de Natal.





A eleição de Dix-Sept Rosado para o governo põe em destaque o aparecimento de uma nova força política, representada pela família Rosado, da região Oeste do Estado. Dix-Sept já fora prefeito de seu município em 1948, saindo para o governo, e seu irmão Dix-Huit elegera-se Deputado Estadual em 1947, para em 1955 eleger-se Deputado Federal. A sua votação -13.064 e 16.716 nas respectivas eleições acima mencionados mostra a força eleitoral do grupo, que entra no jogo da disputa pelo poder local. Aliás, deve se ressaltar que esta família constituiu uma das grandes fortunas do Estado, ligada a exportação do sal e extração do gesso além de propriedades rurais.

Entendemos que antes de entrarmos na análise da eleição governamental para o quadriênio 1951-1955, torna-se necessário referendarmos a eleição a qual Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia conseguiu alçar o poder público. Em 1948, depois da campanha estadual que elegeu José Varela, governador, em 47, surge o pleito municipal, firmando-se o consenso udenista em torno do Dix-Sept candidato a prefeito de Mossoró. Seu companheiro de chapa como Vice prefeito é Jorge de Albuquerque Pinto. A legenda concorrente pelo PSD se apresenta com o Dr. Sebastião Gurgel Filho e Antônio Monte.

Eleito a 21 de março, o prefeito Dix-sept Rosado tomou posse à 31.  
Segundo GALVÃO:

*"a apuração desenvolveu-se sem incidentes, sem impugnações, sem recursos, o que possibilitou ao novo prefeito a rápida escolha de seus auxiliares. O*

*programa, os planos, os problemas? Isto ele já amadurecera neles. Sabia o que o povo queria, o que o município necessitava, ele próprio tendo sido por muitos anos um exigente reivindicante para Mossoró. Era uma cidade amarrada na rotina de pouco arrecadar e nada realizar. Nada mais incompatível com a mentalidade renovadora do prefeito.<sup>(21)</sup>*

Foram realizações do seu governo: O calçamento à paralelepípedos das ruas João Pessoa e Dionízio Filgueira; a criação do Hotel Florestal e Posto de disseminação artificial em convênio com o Ministério da Agricultura; a construção de prédios e instalação de escolas rurais, e a ampliação de outras localidades do município; a Fundação da Biblioteca Pública e Museu Municipal; a transformação da antiga Companhia Fornecedora de Energia e Luz em COMENSA- Companhia Melhoramentos de Mossoró- da qual foi o primeiro acionista; a criação da guarda noturna, a inauguração da Maternidade Almeida Castro e a instalação de uma Cooperativa de Crédito.<sup>(22)</sup>

Estas atividades à frente da Prefeitura de Mossoró projetaram Dix-Sept Rosado no cenário político da zona oeste "Consolidava-se o patamar de confiabilidade pública num suporte de irradiação carismática, extrapolando os limites regionais para preencher espaços vazios nas ansiedades coletivas potiguares", já cansadas no declínio de um período governamental imperante.<sup>(23)</sup>

O problema da sucessão do governador José varela foi um tanto antecipado. Mal começara a governar, já se falava em seu sucessor. As reviravoltas da política conduziram porém a desfecho surpreendente.

Candidato do PSD, João Câmara, ainda muito prestigiado, embora já as vésperas do insucesso econômico de sua iniciativa empresarial. Caso não tivesse falecido, provavelmente teria sido candidato a governador. O grupo udenista do oeste decidiu apoiá-lo.<sup>(24)</sup>

Passado a trama político, recomeçaram os diálogos, a sugestão, as propostas e surgiram nomes, afastando grupos. Surgiu a candidatura do Senador Georgino Avelino: "Meu nome no período de indecisão dos partidos- explicaria ele depois - servia apenas para uma tentativa de fixação das nossas forças".<sup>(25)</sup>

Definidos os campos partidários surgiram os dois candidatos: Dix Sept Rosado com o salvados pessedistas, liderados por Georgino Avelino, Mota Neto e Silvio Pedroza. Café Filho com o seu grupo ainda homogêneo e Dix-Sept, vinha a frente dos dissidentes udenistas. O outro candidato era Manuel Varela, advogado, professor bem mais idoso do que Dix-Sept.

A campanha eleitoral teve desenvolvimento normal com certas irrupções de violência em vários municípios. Estas dificuldades episódicas, que todavia deixaram saldo sangrento não intimidaram a oposição, que conservou o mesmo ímpeto inicial de vencer o pleito.

Processada a eleição, abertas as urnas, contados os votos, vencia Dix-Sept Rosado pela maioria mais expressiva já conquistada em eleição majoritária no Rio Grande do Norte.

Empossado, Dix-Sept Rosado recebeu o governo das mãos do Des. Carlos Augusto, pois José Varela deixou o palácio para escapar ao constrangimento de transmissão pessoal de poderes.

Conforme FURTADO:

*"Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia foi apenas uma meteórica passagem pelo governo. Pois empossado à 1º de fevereiro de 1951, desaparecia dentre os vivos num desastre aviatório do Rio do Sal em Sergipe a doze de julho, juntamente com seus auxiliares Filipe Pegado Cortes, José Gonçalves de Medeiros e José Borges de Oliveira, Quando em viagem ao Rio, a tratar de assuntos administrativos."<sup>(26)</sup>*

Apesar da ascensão e declínio de um Rosado o poder estadual ter sido rápida como um "meteoro", a a partir de Dix-Sept Rosado Maia houve uma articulação dos Rosado a nível da política do Estado e mais especificamente local -Mossoró.

## NOTAS

- (1) SOUSA. Maria do Carmo Campelo de. Estado e Partidos Políticos no Brasil. São paulo, Alpho Omega, 1976.
- (2) MARIZ. Marlene da Silva. A circulação de poder no Rio Grande do Norte. (1945/1970). Natal, UFRN, 1985. Seca: Coleção Especializada. Série B, 4. p.15
- (3) FRANCO. Afonso Arinos de Melo. História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil. São Paulo, Alpha Omega, 1980.
- (4) MARIZ, Marlene da Silva. A circulação de poder no Rio Grande do Norte de 1945 a 1960. Entre-textos. UFRN/CCHLA Fed. Universitária, 1986-1945. p.22.
- (5) A República. O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO DO RN., Natal, 24 de maio de 1945. Ano LV, nº 404, p.01.
- (6) A República. A CONVENÇÃO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO NO RN. Natal, 06 de julho de 1945. Ano LV, nº 413, p.08.
- (7) A República. PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Secção do RN). Natal, 30 de setembro de 1945. Ano LVI, 74, p.03.
- (8) A República. REGISTRO DE ÓRGÃO EXECUTIVO DE PARTIDO. Natal, 09 de novembro de 1945> Ano LVI, nº 105, p.10.
- (9) CAVALCANTE, Floriano. REGISTRO DE ÓRGÃO EXECUTIVO DE PARTIDO. Natal, 14 de novembro de 1945. Ano LVI, nº 109, p.04.
- (10) MEDEIROS, Ivoncísio Meira de. O Partido Comunista do Brasil e as Eleições no RN. Natal, Nossa Editora, 1984. p.2-3 .
- (11) FALCÃO, Waldemar. A República. REGISTRO DE ÓRGÃO EXECUTIVO DE PARTIDO. Natal, 17 de novembro de 1945. Ano LVI, nº 112, p. 04
- (12) CORTÊS, Anselmo Pegado. A República. Natal, 03 de agosto de 1950. Ano LXII, n.174, p.03.
- (13) Id. Ibid. p.03.

- (14) MARIZ op. cit. p. 22
- (15) Ibid. p. 11
- (16) CASCUDO, Luís da Câmara. História de uma Assembléia Legislativa. Natal, Fundação José Augusto.
- (17) Dados do Tribunal Regional Eleitoral do RN. 1950.
- (18) MARIZ. op. cit. p. 23.
- (19) Ibid. p. 24.
- (20) GALVÃO, Hélio. Dix Sept Rosado. ESAM/ Clima. Mossoró, 1982. Col. Mossoroense. Vol. CLXXXIX., p.12
- (21) BRITO, Raimundo S. de. Legislativo e Executivo de Mossoró: Uma viagem mais que centenária. Mossoró: ESAM, 1985, p.14. Col. Mossoroense, Vol.CCLXXXVII.
- (22) NUNES, Raimundo. Dix Sept Rosado, 30 anos depois. Mossoró: ESAM, 1981.p.18. Col. Mossoroense. Vol. CLXIII
- (23) op. cit. p.302.
- (24) GALVÃO, op. cit. p.1
- (25) Ibid. p.2
- (26) FURTADO, op. cit p. 302

#### 4. O GOLPE DE 64 NO RN

##### 4.1. Os Rosado e o Golpe

“A partir da renúncia de Jânio Quadros, a crise política amplia-se pelo fato de haver resistência em segmentos militares à posse do vice-presidente João Goulart. Tal resistência faz crescer, no seio da sociedade civil, o movimento pela legalidade, pelos direitos constitucionais e políticos. Pelo fato de encontrar-se em viagem à China, assume o presidente da Câmara dos Deputados Raniere Mazzili, o que possibilita o acirramento do movimento dos militares contra a posse de João Goulart. Ao retornar ao Brasil, Goulart assume a presidência da República, num clima de ampla mobilização política do movimento popular e das instituições da sociedade civil (partidos, sindicatos, associações de trabalhadores e o movimento estudantil) em defesa dos princípios democráticos, da legalidade e do respeito à Constituição e pelas reformas sociais, políticas e econômicas. O desafio para o presidente estava colocado: de um lado, atender as reivindicações populares e promover as reformas prometidas; de outro lado defender-se da oposição que, sob a orientação dos norte-americanos, encampava a luta pela desestabilização do governo, identificando-o com os ideais da Revolução Russa, ocorrida em 1917, da Cubana, em 1959, e da Chinesa em 1945”.<sup>(1)</sup>

Segundo IANNI, como o governo não conseguiu *“emancipar as decisões sobre a economia; estabelecer uma política econômica que possibilitasse relações de interdependências e complementaridade; fortalecer e ampliar o setor estatal*

(...)<sup>(2)</sup> o que se observou foi um agravamento da crise política, econômica e social que teve como consequência o golpe político-militar de 1964.

O primeiro presidente do período militar foi Castelo Branco, que tratou logo de apagar a imagem democrática e participativa dos anos anteriores, colocando socialmente o discurso de cooperação, ordem e desenvolvimento, deixando claro àqueles que não desejassem colaborar com o governo, a sua exclusão do convívio social.

No Rio Grande do Norte, a política estadual era caracterizada pela bipolarização: Aluisio Alves e Dinarte Mariz. Quando eclode o movimento militar em abril de 1964, tanto Aluísio Alves quanto Dinarte Mariz aliam-se, cada um a sua maneira. Dinarte Mariz encontrava-se no Senado Federal mais próximo dos bastidores e das articulações e, pela sua postura conservadora, e anticomunista, evidenciada quando do Movimento Integralista, saiu vitorioso ao impedir o avanço das tropas para o sertão. Nada mais compreensível do que seu apoio aos militares, até porque justificava as suas tradições coronelísticas. Enquanto Aluísio Alves, governador do Estado, ainda vacilou para dar o seu apoio, mas oportunisticamente ficou numa postura aparentemente neutra. A respeito, a matéria de Djair Galvão, no Jornal Dois Pontos, em que foi feita entrevista com Salomão Gurgel é esclarecedora:

*"A estrutura rival do dinartismo, nascida de uma dissidência do deputado federal Aluísio Alves da UDN, em 1960, recebeu o movimento militar em cima do*



*muro. Pelo que sabíamos, pouco tempo antes do golpe, Alúcio era acusado de redigir dois telegramas: um endereçado ao presidente João Goulart e outro ao futuro presidente. Quem recebeu o telegrama foi Castelo Branco". (...) mas tanto Dinarte como Alúcio, mesmo tendo a diferença de terem apoiado a subida dos militares de forma bem particular, sobreviveram bem dentro do novo regime: os dois deram certinho dentro da ARENA, só havendo a saída de Alúcio Alves para o MDB depois da sua cassação pelo AI-5".<sup>(3)</sup>*

Ainda na década de 60 os Rosado conseguiram se projetar politicamente à nível do Estado. Apesar de terem perdido em 1951 o "líder natural" e "condutor de multidões", Dix-Sept Rosado mantiveram-se no poder municipal através de Vingt Rosado e no Legislativo estadual via Dix-Huit. Em 1956, vieram as eleições estaduais, os resultados eleitorais - Dinarte com 80.921 votos, contra 66.999 votos de Jocelim Vilar - indicaram uma eleição difícil, disputada por duas regiões - Oeste e Seridó -, o grupo Rosado apoiou o candidato de sua região, Jocelim. Este fato dimensionou um momento político de grande significação, vez que a disputa pelo poder político estava tanto em termos de personalismo como também entre representantes de interesses regionais.

Após a morte de Dix-Sept, Dix-Huit passou à ser o Rosado de maior destaque na política estadual e nacional. Enquanto que a articulação política da família coube a Vingt Rosado.

Em 1958, Dix-Huit, alcançou uma cadeira no Senado, como o apoio da UDN, PSD e PTB, que veio a revelar a inserção do grupo do Oeste nas hostes udenistas e, por conseguinte uma articulação com o grupo seridoense liderado por Dinarte Mariz.

De 1958 - quando foi eleito Senador - à 1966 Dix-Huit Rosado conseguiu ampliar o espaço de influência de seu grupo, principalmente quando foi nomeado à presidência do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário).

Torna-se necessário avaliar no discurso utilizado por um dos membros do grupo - no caso em questão Dix-Huit Rosado - as formas utilizadas pelo grupo na construção de uma verdadeira oligarquia familiar que se mantém no poder de Mossoró desde 1917.

A começar pela invejável gama profissional pertencente a Dix-Huit. Pois este é "Médico, agricultor, pecuarista, industrial, tenente - coronel - médico da Polícia Militar(RN), deputado estadual (constituente), deputado federal(dois mandatos: 1951-1958), senador da República(1959-1966), ex-presidente do INDA, criador da ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró), cidadão honorário de Fortaleza, Natal, Uberaba, Uberlândia além de outros cinquenta municípios brasileiros.<sup>(4)</sup>

Isto vem a caracterizar uma verdadeira dinamicidade por parte do cidadão Dix-Huit Rosado "graças à disciplina educacional tida na família". Na verdade,



para nós, isto vem a caracterizar uma forma de idealizar o “grande político” que representa, de forma contundente, a oligarquia Rosado.

Dix-Huit conseguiu ter uma variabilidade de tendências democrático/ditatorial durante todo o seu retrospecto político. Em 1930 foi a favor de Getúlio Vargas na “fabricação” de um Brasil Novo, contrário a República Velha das oligarquias . Em 1932, se empenhou na Revolução Constitucionalista de São Paulo. Por sua vez, em 1937 com o estabelecimento do Estado Novo, aceitou este fato em silêncio porque acreditava, que naquele momento, diante de tantas dificuldades administrativas, à nível nacional, seria a melhor solução para o país. Portanto, quando ocorreu o Golpe Militar em 1964, enfrentou o fato de forma natural, já que se considerava um conservador por natureza. Isto ficou comprovado com a ocupação do cargo de Presidente do INDA, no governo do presidente Costa e Silva. A ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró) é fruto da passagem de Dix-Huit pela presidência do INDA. Sobre a fundação da escola, ele relatava em 1983:

*“meu pai dizia, como uma espécie de visão premonitória: ‘que o que ele não pudesse fazer da programação que ele imaginava, um filho dele o faria’. Dix-Sept fez muitas coisas, Vingt realizou muitas tarefas; e eu tive a fortuna de realizar umas tantas mais difíceis e numerosas, mais o fiz apoiado nesses irmãos, apoiado nessa tradição e na vontade de servir a Mossoró, como é o caso da Escola de Agricultura (ESAM)”*<sup>(5)</sup>

Esta afirmação, acima citada, comprova a continuidade no discurso, de Dix-Huit, da idéia antes tratada sobre “o mito do herói-civilizador”, que tudo fazia “pelo chão de Mossoró” sem que isso tivesse como consequência a obrigação necessária de benesses pessoais, tais como eleições à nível do executivo e do legislativo.

Ainda sobre a ESAM, Dix-Huit afirmava:

*“tive a fortuna de depois servindo ao governo Costa e Silva ganhar dele a confiança tão espontânea (...) digo que esta cidade sempre deve ter uma oração especial pelo grande general.”<sup>(6)</sup>*

Para inaugurar a ESAM Dix-Huit conseguiu trazer o presidente Costa e Silva a Mossoró. Foi marcado o dia de sua vinda, 13 de Santa Luzia, mas este não pôde comparecer, pois era o dia das comemorações da Marinha brasileira, mesmo assim a escola foi inaugurada. E no dia 22 de dezembro o presidente inaugurou a ESAM. A imprensa nacional noticiava o fato de forma engraçada:

*“Mossoró é uma cidade engraçada. Há uma placa que diz que a escola de agricultura foi inaugurada no dia 13, e a escola foi inaugurada no dia 22.”<sup>(7)</sup>*

Dix-Huit também através de verbas federais destinadas a ‘sua’ região perfurou e mecanizou duas centenas de poços tubulares no polígono das secas. Em 24 de março de 1970, Dix-Huit solicitou exoneração e voltou à Mossoró “para

*continuar sua política em defesa dos interesses daquela cidade”* repetindo as ações de seus entes familiares.

#### 4.2. Perspectivas de poder para o grupo dos Rosado(pós-64)

Em 1972, Dix-Huit rosado, ao ter deixado a presidência do INDA/INCRA, voltou para Mossoró e sob as hostes da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) foi eleito prefeito, tendo derrotado o candidato opositor do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) por uma expressiva maioria superior a 4.200 votos, fato inédito na vida política do município de Mossoró. Desta forma, Dix-Huit alcança o executivo municipal onde procurou desempenhar realizações administrativas que viessem á ter como conseqüência direta, à sua permanência no poder municipal até os dias atuais. Sobre sua chegada ao poder do executivo municipal, dix-Huit em entrevista, comenta que: “(...) discutindo na casa de Vingt Rosado eu disse que ele era o responsável, porque em primeiro lugar era por Mossoró, mas e m segundo lugar era por ele que eu continuava como prefeito de Mossoró(...) certa vez Vingt me encostou na parede, nós dois no escritório da empresa Jerônimo Rosado, e disse: se você não for o candidato a prefeito de Mossoró, então eu já saí daqui em ser deputado federal para ser o candidato a prefeito de Mossoró(...) o deputado Vingt Rosado, interpretando os amigos dele, me convidou e eu aceitei”<sup>(8)</sup>.

Começa à partir desta data (1972) o ciclo de Dix-Huit rosado no poder executivo de Mossoró. Numa outra afirmação feita pelo membro da família

Rosado, fica bastante caracterizado a intenção de não se afastar da administração direta de Mossoró: “ao passar a administração a João Newton da Escóssia (...) eu, Dix-Huit, naquele instante na praça pública disse ao meu povo aqui de Mossoró;

--Entrego, passo a administração a João Newton da Escóssia.

Peço que ele faça em programa mais ou menos dentro do lineamento traçado pelo plano que fixamos, nos quadros administrativos desta nobre terra, porque desta vez vou pedir, vou bater em todas as portas rogando para ser novamente prefeito de Mossoró.

Continuei candidato de Mossoró (...) era uma convicção que eu tinha de vir terminar determinadas tarefas, que iniciara em Mossoró”<sup>(9)</sup>.

Em 1985 Dix-Huit voltou à ser candidato e novamente foi eleito prefeito para o período de 1985-1988. Neste último ano, o então prefeito (na época no PDS) deu seu apoio político para multiplicar os votos de Rosalba Ciarline e preteriu o outro candidato, o sobrinho Laíre Rosado, do PMDB. Este fato teve como consequência uma briga intra-familiar, quando os seus irmão Vingt, Vingt-Un e Quartozième somaram forças com Laíre e romperam com Dix-Huit.

Na campanha eleitoral de 1992, após três anos rompido politicamente com o sobrinho Laíre, hoje(1995) deputado federal do PMDB, Dix-Huit já no PDT teve seu apoio para mais uma vez governar a cidade de Mossoró -1992/1996.

Percebe-se assim, nesta rápida cronologia eleitoral que em Mossoró, a família Rosado usa determinadas artimanhas políticas para se manter no poder; é "a chamada divisão que multiplica os votos". Pois a família neste final de século está dividida em três facções: Laíre e Sandra Rosado(herdeiros de Vingt); Carlos Augusto e Rosalba Ciarline; e Dix-Huit e Mário Rosado(filho de Dix-Huit), e distribuídos por quatro diferentes partidos: PMDB, PDT, PFL e PL. Isto demonstra a utilização de divisões de votos entre os familiares, dificultando uma reação por parte da possível oposição que venha à existir, já que os mesmos distribuem os votos entre si. Portanto, quem deverá vencer as eleições em 1996 ainda não se sabe, sabe-se, quando o século 21 chegar os Rosado estarão no poder. Mandando em Mossoró.

## NOTAS

- (1) CRUZ, Vilma Victor. Pioneirismo Educacional no Rio grande do Norte: Realidade ou mito? (1960-1984). Natal, 1990. p. 54
- (2) IANNI, Otávio. O Estado e o planejamento econômico no Brasil (1930/1970). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p.192
- (3) GALVÃO, Djair. As mil faces do dinartismo. Dois Pontos. Natal, 18-24, fev., 3 marc., 25-30 mar.,1989.
- (4) LIRA, Carlos. (org.) Memória Viva de Jerônimo Dix-Huit Rosado. Natal: Universitária (col. Mossoroense), vol. CCCXXVII p.7
- (5) LIRA, Carlos. op. cit. p.18
- (6) op. cit. p.11
- (7) Ibid., p. 19
- (8) ibid., ibidem. p. 12
- (9) idem, p. 12



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos o presente trabalho, constatando que a formação do grupo político dos Rosado se deve à toda uma construção de mitos do desenvolvimento estabelecida pela produção literária, que constitui parte da Coleção Mossoroense, associada a utilização de verbas públicas que serviram de suporte político para a auto-promoção da família Rosado. "É dessa forma que tudo o que os Rosado fizeram está impresso, gravado, registrado, anunciado. Nos prédios, placas, ruas, rádios, no jornal e sempre na Coleção Mossoroense que cultua o saber, está claro, mas também os Rosado. Sabe-se que a Casa de Saúde é obra dos Rosado. Duas dezenas de escolas foram construídas pelos Rosado. Uma rádio FM e uma AM são Rosado, - as cinco bibliotecas são Rosado, o curso de Antropologia Cultural é criação do Vingt-Un Rosado, várias ruas e avenidas são Rosado, o Museu é Rosado, o município vizinho é Governador Dix-Sept Rosado a maternidade é criação dos Rosado assim como o cemitério é Rosado".

Constituindo-se numa família com mais de 15 médicos, os filhos, netos, bisnetos de Jerônimo seguem a linha traçada pelo criador da oligarquia; todos chegam à universidade, quase todos retornam a Mossoró. A primeira fortuna quem fez foi Jerônimo, ao explorar gipsita e fazer gesso no sertão do Brasil no início do século. Um ou outro de seus filhos e netos tocou o negócio que foi, durante décadas, motor nas campanhas da família ; sem a dispensa é certo, dos

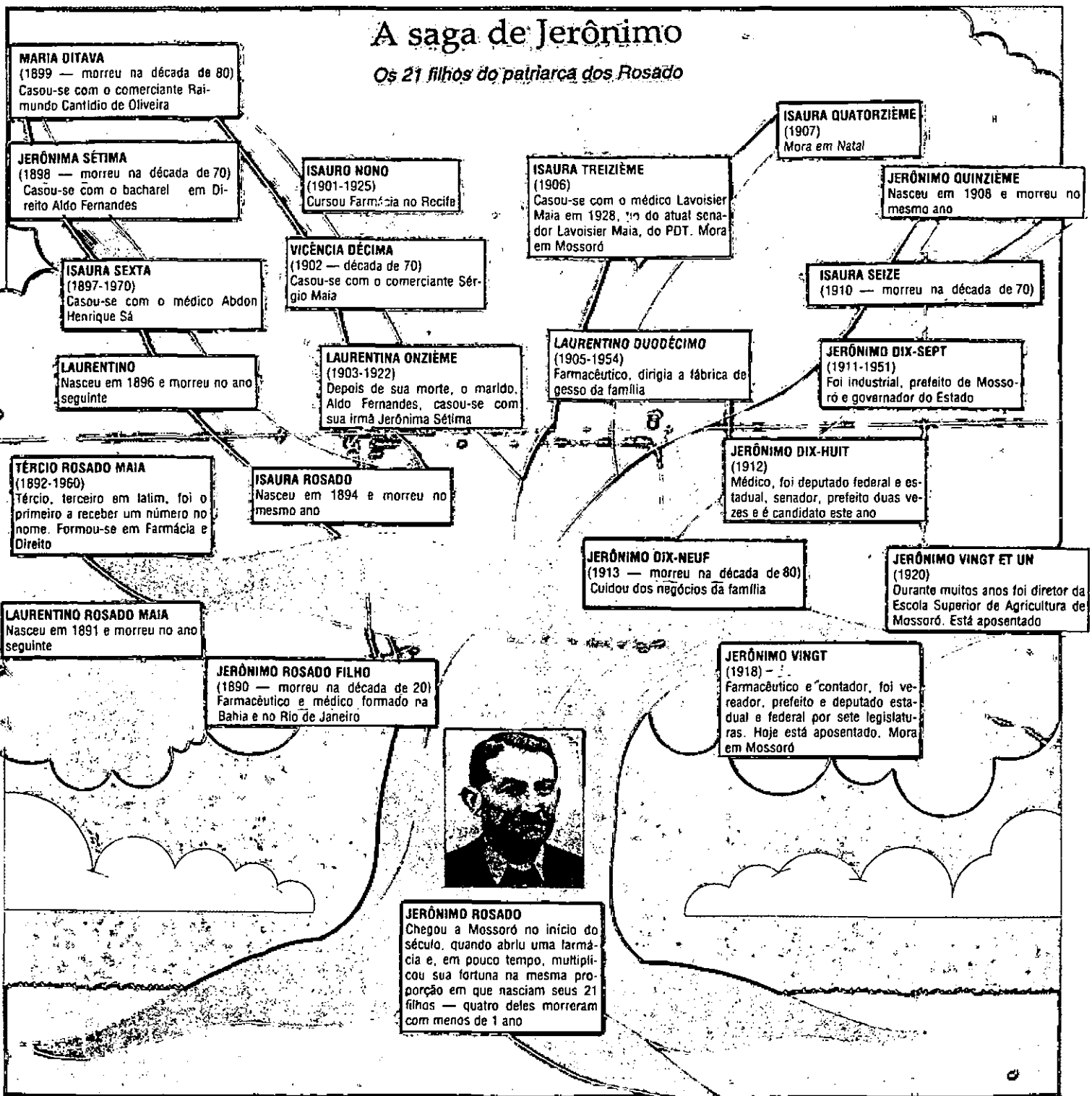
governos (como foi a construção da ESAM) e seus cargos e verbas. Municipal, estadual ou federal, tanto faz, desde que governo. Certa vez o historiador da família - Raimundo Nonato - quando indagado sobre fisiologismo e nepotismo como perpetuadores do poder, respondeu com sabedoria e lógica aprendidas no convívio com uma das mais duradouras oligarquias do Brasil: *se é de dar ao rato, dá ao gato que é da casa*".

Portanto, toda a dinamicidade construtiva atribuída a família Rosado, que aparece - na Coleção Mossoroense - sobre a forma de pioneirismo, coragem e persistência, (formas que tais construtores da sua história cultivam através da criação dos mitos e das suas ações), são na verdade, mecanismos de reprodução da oligarquia Rosado no poder político de Mossoró.

ANEXOS

# A saga de Jerônimo

*Os 21 filhos do patriarca dos Rosado*





Jerônimo com a mulher, Isaura, e  
catorze de seus 21 filhos: nomes  
numéricos em três idiomas



**AV. DIX-NEUF ROSADO**  
ADM. DIX-HUIT ROSADO

**MWM**  
FONE: 321-1748  
→ **Av. Dix-Neuf Rosado**  
CEP 59600-050  
→ **Av. Dix-Sept Rosado**

### A História Gravada

Dix-Sept na praça  
e nas ruas  
com os irmãos

## BIBLIOGRAFIA

- 1-ALVES, Luiz. Mossoró: Movimentos sociais e violência política no século XIX. Col. Mossoroense. Série "B", n. 1145, 1992.
- 2-A REPÚBLICA. O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO DO RN., Natal, 24 de maio de 1945. Ano LV, n. 404, p.1
- 3- \_\_\_\_\_. A CONVENÇÃO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO NO RN. Natal, 6 de julho de 1945. Ano LV, n. 413, p. 8
- 4- \_\_\_\_\_. PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Secção do RN ). Natal, 30 de setembro de 1945. Ano LVI, n. 74 p. 3
- 5- \_\_\_\_\_. REGISTRO DE ÓRGÃO EXECUTIVO DE PARTIDO. Natal, 9 de novembro de 1945. Ano LVI, nº 105, p. 10
- 6-BRITO, Raimundo S. de. Legislativo e Executivo de Mossoró: Uma viagem mais que centenária. Mossoró: ESAM, 1985, Col. Mossoroense, vol. CCLXXXVII p. 12
- 7-BURSZTYN, Marcel. Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Vozes, Petrópolis/CNPq, 1984.
- 8-CALDAS, Raquel e ANDRADE, Gilberto Osório de. Os Rios de Canaúba I - O Rio Mossoró (Apodi). Col. Mossoroense, p.75. Vol. 50. 2 ed. Mossoró-1977.
- 9- CARONE, Edgard. A Primeira República (1889-1930): Texto e Contexto. São Paulo. DIFEL, 1969

- 10-CASCUDO, Luiz da Câmara. História de uma Assembléia Legislativa. Natal, FUNDAJA.
- 11-CRUZ, Vilma Vitor. Pioneirismo educacional no Rio Grande do Norte: realidade ou mito? (1960 - 1984). Natal, 1990, 159 p. (Tese de Mestrado)
- 12-FELIPE, José Lacerda Alves. Notas para a Geografia Física da Região de Mossoró, Col. Mossoroense, vol. 63 -Mossoró- 1978.
- 13- \_\_\_\_\_ Mossoró, um espaço em questão Col. Mossoroense, vol. 141 -Mossoró- 1980.
- 14- \_\_\_\_\_ Organização do Espaço Urbano de Mossoró. Col. Textos Acadêmicos, vol. 363 - 1985
- 15-FRANCISCO, Paulo. A divisão que multiplicou votos. Veja 28 graus. 19 de fevereiro de 1992. p. 8
- 16- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil. São Paulo, Alpha-Omega, 1980.
- 17-GALVÃO, Hélio. Dix-Sept Rosado. Mossoró: ESAM/ Clima. 1982. Col. Mossoroense. Vol. CLXXXIX.
- 18-LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. O município e o sistema representativo. São Paulo, Alpha-Omega, 1975.
- 19-LIRA, Carlos. (Org.) Memória Viva de Jerônimo Dix-Huit Rosado. Natal, 1983 Universitária. Col. Mossoroense, vol. CCCXXVII.
- 20-MARIZ, Marlene da silva. A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte - 1930-1934. Brasília: Gráfica do Senado, 19984.

- 21-\_\_\_\_\_. A circulação do poder no Rio Grande do Norte (1945-1960). Entre textos. UFRN/CCHLA. Natal: CCHLA. Universitária, 1986. n. 5
- 22-\_\_\_\_\_. A circulação de poder no Rio Grande do Norte (1945/1970). Natal, UFRN, 1985. Seca: Coleção Especializada. Série B, 4
- 23-MEDEIROS, Ivoncísio de. O Partido Comunista do Brasil e as eleições no RN. Natal. Nossa editora, 1984.
- 24-NUNES, Raimundo. Dix-Sept Rosado, 30 anos depois. Mossoró: ESAM, 1981. Col. Mossoroense, vol. C
- 25-PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. A construção do mito do herói-civilizador: Macondo Mossoró (versão preliminar) Col. Mossoroense, Série "B", n. 1293. ETRN/UNED
- 26-PANG, Eu Soo. Coronelismo e oligarquias( 1889-1943). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- 27-ROSADO, Vingt-un. No chão de Mossoró, umas tantas incursões. Col. Mossoroense, vol. 61. Mossoró-1976.
- 28-\_\_\_\_\_. (coord) Roteiro do País de Mossoró. Col. Mossoroense, vol. 28. Mossoró.
- 29-\_\_\_\_\_. (coord) Andanças pela História de Mossoró. Col. Mossoroense, vol. 44. Mossoró.



- 30- \_\_\_\_\_ . Mossoró. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940. APUD: BRITO, Raimundo S. de. Legislativo e Executivo de Mossoró numa viagem mais que centenária( cronologia) -1953-83. Fortaleza: Universitária, 1985, p.178
- 31- \_\_\_\_\_ . A serviço de Mossoró. ESAM. 1976. p. 228. Col. Mossoroense. Vol. XLIII
- 32-SOUZA, Francisco Fausto de. História de Mossoró. Col. Mossoroense, vol. 46 Ed. Universitária - UFPB - João Pessoa, 1978.
- 33-SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. O processo Político Partidário na Primeira República (1889-1930). In: MOTTA, Carlos Guilherme da. Brasil em perspectiva. São Paulo, DIFEL, 1976, pp. 162-226.
- 34-SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 35-VIANA, Eliseu de oliveira. "Depoimento sobre Jerônimo Rosado". Col. Mossoroense, n.67

